

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração" ou Companhia) submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2019, a CPFL Geração cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes.

O ano de 2019 foi marcado, especialmente, pela conclusão do processo de integração das atividades administrativas da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis") no modelo organizacional do Grupo CPFL Energia, reforçando ainda mais o compromisso com o crescimento e criação de valor para seus acionistas, com o fortalecimento de potenciais sinergias entre as empresas. Adicionalmente, com a conclusão da aquisição, a CPFL Energia passou a deter 99,94% da CPFL Renováveis (46,76% diretamente e 53,18% por meio da CPFL Geração).

Em 19 de dezembro de 2019, a CPFL Energia e a CPFL Geração comunicaram, por meio de Fato Relevante, que o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram, naquela data, a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B", a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam apenas 0,06% do capital social da CPFL Renováveis. A CPFL Geração solicitou à CVM e à B3, em 20 de dezembro de 2019, o registro da oferta mediante a adoção de procedimento diferenciado, com a dispensa de elaboração de laudo de avaliação. Todos os demais termos e condições aplicáveis à OPA estarão descritos no Edital da OPA, submetido à análise e aprovação da CVM e da B3.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os

riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, as UHEs Serra da Mesa, Foz do Chapecó, Campos Novos, Barra Grande, Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, bem como as térmicas a óleo combustível (UTES Termonordeste e Termoparaíba), além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.173 MW.

A CPFL Geração também detém 53,18% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH e solar. Em 31 de dezembro de 2019, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 40 PCHs (453 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração convencional e renovável adicionais. Temos um portfólio total de 2,9 GW de projetos de geração renovável a serem desenvolvidos nos próximos anos e atualmente temos 110 MW em construção:

PCH Lucia Cherobim: projeto localizado no Estado do Paraná, tem previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 28,0 MW e a garantia física é de 16,6 MW médios. A energia foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 189,95/MWh - dezembro de 2019).

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

Parques Eólicos do Complexo Gameleira: os parques eólicos Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, têm previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 81,7 MW e a garantia física é de 39,4 MWmédios. Houve um aumento na potência instalada, de 61,3 MW para 81,7 MW, que se deve à otimização de potência do aerogerador. Parte da energia (12,0 MWmédios) foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 89,89/MWh - dezembro de 2019).

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 3.343 milhões em 2019, representando um aumento de 2,5% (R\$ 82 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 248 milhões em 2019, representando um aumento de 4,7% (R\$ 11 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.095 milhões em 2019, representando um aumento de 2,3% (R\$ 71 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)</i>		
	2019	2018
Lucro Líquido	952.978	863.652
Depreciação e Amortização	763.845	739.024
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado Financeiro	561.787	756.405
Contribuição Social	62.942	34.307
Imposto de Renda	152.940	62.169
EBITDA	2.495.071	2.456.136

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 2.495 milhões em 2019, representando um aumento de 1,6% (R\$ 39 milhões), devido aos seguintes aumentos: (i) de 2,3% (R\$ 71 milhões) na receita líquida, e (ii) de 4,4% (R\$ 15 milhões) na equivalência patrimonial. Estes aumentos foram parcialmente compensados pelos aumentos de 7,9% (R\$ 33 milhões) nos custos com energia elétrica e encargos, e de 2,9% (R\$ 14 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada e custos com construção da infraestrutura da concessão.

Lucro líquido: a CPFL Geração apurou lucro líquido de R\$ 953 milhões em 2019, representando um aumento de 10,3% (R\$ 89 milhões), refletindo o aumento de 1,6% (R\$ 39 milhões) no EBITDA e a redução de 25,7% (R\$ 195 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos de R\$ 119 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e de 3,4% (R\$ 25 milhões) nas depreciações e amortizações.

Endividamento: no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R\$ 7.204 milhões, uma redução de 16,7%.

5. Investimentos

Em 2019, foram investidos R\$ 137 milhões, sendo R\$ 11 milhões de geração convencional e R\$ 126 milhões da CPFL Renováveis, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira). Complementarmente, houve um investimento de R\$ 21 milhões relacionado à transmissão.

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para

5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2019, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses
Procedimentos previamente acordados – Revisões e retificações tributárias de anos anteriores	03/05/2018 e 05/07/2018	12 meses

Contratamos um total de R\$ 559 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 40% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2019 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.



A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.925	81.913	595.732	999.832
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	86.266	98.427	358.847	365.642
Dividendo e juros sobre o capital próprio	11	134.011	172.184	99.882	98.747
Títulos e valores mobiliários	5.1	-	-	449.786	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.158	7.588	49.193	50.965
Outros tributos a compensar	7	13.213	17.022	67.968	90.233
Derivativos	31	33.919	105.824	33.919	105.824
Ativo contratual	9	-	-	24.387	-
Outros ativos	10	15.382	25.352	143.335	170.479
Total do circulante		371.874	508.310	1.823.050	1.881.721
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	29.703	28.430	179.913	187.256
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora		-	407.730	-	-
Depósitos judiciais	19	822	744	15.017	14.497
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	-	-	32.320	1.907
Outros tributos a compensar	7	-	-	6.388	6.343
Derivativos	31	21.291	19.174	21.291	19.174
Créditos fiscais diferidos	8	-	3.017	-	3.017
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	300.000	-	-
Outros ativos	10	894	1.693	647.997	809.984
Investimentos	11	3.918.457	3.471.079	997.997	980.362
Imobilizado	12	970.943	1.029.511	8.858.139	9.242.194
Ativo contratual	9	-	-	254.616	-
Intangível	13	87.331	97.163	2.597.441	2.765.181
Total do não circulante		5.029.441	5.358.540	13.611.120	14.029.915
Total do ativo		5.401.315	5.866.850	15.434.170	15.911.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Fornecedores	14	15.954	6.880	169.496	89.540
Empréstimos e financiamentos	15	174.627	625.417	582.009	1.104.284
Debêntures	16	164.560	266.033	482.939	716.319
Entidade de previdência privada	17	3.971	1.350	3.971	1.350
Taxas regulamentares		22.232	20.504	23.395	22.074
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	74.901	8.859	135.985	74.557
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	16.417	6.069	46.185	30.935
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	28	-	-	422.082	-
Dividendo e juros sobre capital próprio		53.937	173.536	66.412	203.682
Obrigações estimadas com pessoal		2.365	1.967	9.933	11.466
Derivativos	31	769	5.644	769	5.644
Provisões	19	-	-	24.485	22.489
Uso do bem público	20	-	-	11.771	11.570
Outras contas a pagar	21	6.035	3.901	298.813	317.871
Total do circulante		535.767	1.120.159	2.278.244	2.611.780
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	104.206	113.853
Empréstimos e financiamentos	15	133.339	276.169	3.036.495	3.576.268
Debêntures	16	1.454.932	1.605.376	3.156.984	3.369.771
Entidade de previdência privada	17	42.502	19.896	42.502	19.896
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-	805	772
Débitos fiscais diferidos	8	164.560	206.030	1.012.328	1.105.918
Provisões	19	307	12.124	229.131	148.576
Uso do bem público	20	-	-	91.181	89.965
Outras contas a pagar	21	1.155	1.630	79.854	60.230
Total do não circulante		1.796.795	2.121.225	7.753.486	8.485.249
Patrimônio líquido					
Capital social	22	1.043.922	1.043.922	1.043.922	1.043.922
Reserva de capital		165.636	240.934	165.636	240.934
Reserva de lucros		1.557.376	993.747	1.557.376	993.747
Resultado abrangente acumulado		301.818	346.863	301.818	346.863
		3.068.752	2.625.465	3.068.752	2.625.465
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	11	-	-	2.333.688	2.189.141
Total do patrimônio líquido		3.068.752	2.625.465	5.402.440	4.814.607
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.401.315	5.866.850	15.434.170	15.911.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 ⁽¹⁾	2019	2018 ⁽¹⁾
Receita operacional líquida	23	776.299	722.093	3.094.749	3.023.909
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	24	(51.827)	(32.772)	(442.742)	(410.202)
Custo com operação		(82.863)	(80.636)	(882.541)	(821.417)
Depreciação e amortização		(63.603)	(63.276)	(585.274)	(560.885)
Outros custos com operação	25	(19.260)	(17.360)	(297.267)	(260.532)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	-	-	(19.234)	(1.575)
Lucro operacional bruto		641.609	608.685	1.750.232	1.790.715
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(1.579)	(4.382)	(1.590)	(4.401)
Depreciação e amortização		(28)	(15)	(28)	(15)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19)	(320)	(2)	(339)
Outras despesas com vendas	25	(1.532)	(4.047)	(1.560)	(4.047)
Despesas gerais e administrativas		(30.274)	(23.913)	(186.770)	(174.477)
Depreciação e amortização		(1.481)	(1.270)	(9.348)	(10.510)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(28.793)	(22.643)	(177.422)	(163.967)
Outras despesas operacionais		(10.285)	(9.968)	(180.314)	(229.502)
Amortização de intangível da concessão		(9.966)	(9.966)	(169.194)	(167.614)
Outras despesas operacionais	25	(319)	(2)	(11.120)	(61.888)
Resultado do serviço		599.471	570.424	1.381.558	1.382.335
Resultado de participações societárias	11	502.579	483.962	349.090	334.198
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		32.704	63.426	192.733	185.219
Despesas financeiras		(156.805)	(266.760)	(754.521)	(941.623)
		(124.101)	(203.334)	(561.788)	(756.405)
Lucro antes dos tributos		977.949	851.052	1.168.860	960.127
Contribuição social	8	(30.423)	(22.341)	(62.942)	(34.307)
Imposto de renda	8	(84.800)	(62.260)	(152.940)	(62.169)
		(115.223)	(84.600)	(215.882)	(96.476)
Lucro líquido do exercício		862.726	766.451	952.978	863.652
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		-	-	862.726	766.451
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	90.252	97.200
Lucro líquido básico por lote de mil ações - R\$	22.8	4,20	3,73	-	-
Lucro líquido diluído por lote de mil ações - R\$	22.8	4,16	3,69	-	-

(1) Veja nota explicativa 2.8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	862.726	766.451	952.978	863.652
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(18.148)	(1.162)	(18.148)	(1.162)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.225)	(5.058)	(1.225)	(5.058)
Resultado abrangente do exercício	843.354	760.232	933.605	857.432
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			843.353	760.232
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			90.252	97.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado				Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de lucro a realizar	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.043.922	239.691	136.010	465.355	98.511	391.163	(20.537)	-	-	2.354.115	2.144.109	4.498.225
Resultado abrangente total												
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	766.451	766.451	766.451	97.200	863.652
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	2.468	(7.526)	(5.058)	-	(5.058)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(1.162)	-	(1.162)	-	-	(1.162)
Mutações internas do patrimônio líquido												
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(35.056)	-	-	35.056	-	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	11.919	-	-	(11.919)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(1.932)	-	-	1.932	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	592.382	-	-	-	-	(592.382)	-	-	-
Reversão parcial da reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	(200.000)	-	-	-	-	200.000	-	-	-
Transações de capital com os acionistas												
Dividendo adicional exercício 2017	-	-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)
Aprovação do juros sobre o capital próprio adicional proposto - JCP	-	-	-	-	(98.511)	-	-	-	(98.511)	-	-	(98.511)
Juros sobre o capital próprio Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(120.513)	(120.513)	-	-	(120.513)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(71.099)	(71.099)	-	-	(71.099)
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.985)	-	(52.985)
Gainho (perda) em participação sem alteração no controle	-	1.243	-	-	-	-	-	-	-	1.243	-	1.243
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	817	817
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.043.922	240.934	136.010	857.737	-	366.094	(21.699)	2.468	-	2.625.465	2.189.141	4.814.607
Resultado abrangente total												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	862.726	862.726	862.726	90.252	952.978
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(1.225)	-	(1.225)	-	(1.225)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(18.148)	-	-	(18.148)	-	(18.148)
Mutações internas do patrimônio líquido												
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(35.974)	-	-	35.974	-	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	12.231	-	-	(12.231)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(1.929)	-	-	1.929	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	552.099	-	-	-	-	(552.099)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	11.531	-	-	-	-	-	(11.531)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas												
Dividendos Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(186.000)	(186.000)	-	-	(186.000)
Juros sobre o capital próprio Intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(138.769)	(138.769)	-	-	(138.769)
Dividendos distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.125)	-	(21.125)
Gainho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(75.298)	-	-	-	-	-	-	(75.298)	75.298	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122	122
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.043.922	165.636	147.540	1.409.836	-	340.422	(39.847)	1.244	-	3.068.752	2.333.688	5.402.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL Geração Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos tributos	977.949	851.052	1.168.860	960.127
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	75.079	74.527	763.845	739.024
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.181	3.169	1.195	(5.403)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	320	2	339
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	130.361	238.923	591.158	774.240
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	1.892	1.553	1.892	1.553
Equivalência patrimonial	(502.579)	(483.962)	(349.090)	(334.198)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	240	1	10.075	62.696
Outros	-	-	1.811	(117)
	684.142	685.583	2.189.749	2.198.260
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	10.871	56.211	14.140	33.337
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	386.766	382.255	330.318	310.665
Tributos a compensar	13.884	8.449	(6.461)	(15.659)
Depósitos judiciais	(44)	(140)	(18)	852
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	-	(10.869)
Outros ativos operacionais	12.160	2.719	(64.928)	102.420
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	9.073	(10.304)	70.309	(180.479)
Outros tributos e contribuições sociais	(10.335)	(1.068)	(16.248)	(1.068)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(1.588)	(18.149)	(1.590)	(39.185)
Taxas regulamentares	1.728	2.981	1.321	3.161
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(13.487)	(154)	(14.804)	(1.713)
Adiantamentos de clientes	-	(2)	-	81.687
Outros passivos operacionais	2.058	(239)	(11.854)	(7.107)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.095.228	1.108.142	2.489.934	2.474.303
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(151.855)	(220.614)	(533.858)	(765.694)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80.359)	(58.193)	(216.460)	(212.352)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	863.014	829.335	1.739.615	1.496.256
Atividades de investimentos				
Aumento de capital em investidas	(3.882)	(10)	-	-
Redução de capital em subsidiárias	-	-	-	(1.096)
Aquisições de imobilizado	(7.179)	(4.488)	(137.706)	(223.727)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	-	-	(782.390)	(550.193)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	-	-	363.913	745.482
Adições de ativo contratual em curso	-	-	(20.970)	-
Adições de Intangível	(1.132)	(1.341)	(7.502)	(11.575)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(64.809)	-	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	-	(445.098)	-	(50.700)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	423.599	151.657	422.591	151.658
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	346.597	(299.279)	(162.064)	59.849
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	-	7.994
Captação de empréstimos e debêntures	13.500	1.782.781	849.852	2.267.209
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(888.527)	(2.404.757)	(2.464.066)	(3.957.627)
Liquidação de operações com derivativos	94.981	36.777	94.981	36.777
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	12	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(423.553)	(298.511)	(462.430)	(341.573)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.203.599)	(883.710)	(1.981.651)	(1.987.220)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.012	(353.653)	(404.099)	(431.115)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	81.913	435.567	999.832	1.430.946
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	87.925	81.913	595.732	999.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora			
	2019	2018	2019	2018
1 - Receita	865.638	805.475	3.595.518	3.511.865
1.1 Receita de venda de energia e serviços	858.577	799.967	3.321.570	3.259.127
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	7.080	5.829	252.778	251.442
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	21.172	1.635
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19)	(320)	(2)	(339)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(81.168)	(55.905)	(1.053.920)	(1.018.766)
2.1 Custo com energia elétrica	(57.110)	(36.116)	(462.454)	(441.516)
2.2 Material	(4.175)	(3.488)	(92.559)	(112.902)
2.3 Serviços de terceiros	(17.210)	(13.599)	(433.060)	(354.672)
2.4 Outros	(2.673)	(2.702)	(65.846)	(109.676)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	784.470	749.570	2.541.598	2.493.099
4 - Retenções	(75.079)	(74.527)	(767.861)	(745.322)
4.1 Depreciação e amortização	(65.112)	(64.561)	(598.668)	(577.707)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(9.966)	(9.966)	(169.193)	(167.615)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	709.391	675.043	1.773.737	1.747.777
6 - Valor adicionado recebido em transferência	536.878	550.462	546.592	527.096
6.1 Receitas financeiras	34.299	66.499	197.502	192.898
6.2 Equivalência patrimonial	502.579	483.962	349.090	334.198
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.246.269	1.225.505	2.320.329	2.274.873
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	28.033	25.731	131.844	117.516
8.1.1 Remuneração direta	16.785	14.902	93.775	84.070
8.1.2 Benefícios	9.893	9.688	28.925	26.205
8.1.3 F.G.T.S	1.356	1.142	9.144	7.241
8.2 Impostos, taxas e contribuições	198.330	166.168	453.045	324.141
8.2.1 Federais	197.869	165.715	451.649	321.993
8.2.2 Estaduais	27	35	932	1.699
8.2.3 Municipais	434	418	465	448
8.3 Remuneração de capital de terceiros	157.180	267.154	782.461	969.563
8.3.1 Juros	156.710	266.691	753.939	939.996
8.3.2 Aluguéis	469	463	28.522	29.567
8.3.0 Outros	-	-	-	-
8.4 Remuneração de capital próprio	862.726	766.451	952.978	863.652
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	138.769	102.436	75.314	102.436
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	186.000	71.099	201.455	95.907
8.4.3 Lucros retidos	537.957	592.916	676.210	665.308
	1.246.269	1.225.505	2.320.329	2.274.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Km 2,5, CEP 13088-900 – Parque São Quirino em Campinas, Estado de São Paulo.

As concessões da CPFL Geração se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Empresas consolidadas - Controladas

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)

A Companhia detém e controla com participação de 51,56%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2019, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 107 empreendimentos de 2.470,6 MW de capacidade instalada (2.132,7 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 41 pequenas centrais hidrelétricas - PCHs (481,1 MW) com 40 PCHs em operação (453,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW);
- Geração de energia eólica: 57 empreendimentos (1.594,1MW) com 45 projetos em operação (1.308,5 MW) e 12 projetos em construção/desenvolvimento (285,669,3 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)

CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda (“CPFL Piracicaba”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda (“CPFL Morro Agudo”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda (“CPFL Maracanaú”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em julho de 2018 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2 km de extensão.

CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda (“CPFL Sul I”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km.

CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda (“CPFL Sul II”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em março de 2019 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV fruto do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,4 km e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km.

Empreendimentos controlados em conjunto

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas ("UTE"), denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termonordeste", ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário ("CVU") declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó"), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e no consolidado o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 209.625 e R\$ 443.079, respectivamente.

A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 04 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 9 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 10 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

- Nota 12 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e transmissão de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); e (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”).

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos, uma vez que a análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.8 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de depreciação e amortização em duas rubricas nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras de 2018 da Companhia:

	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
	Originalmente Publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente Publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Receita operacional líquida	722.093	-	722.093	3.023.909	-	3.023.909
Custo do serviço						
Custo com energia elétrica	(32.772)	-	(32.772)	(410.202)	-	(410.202)
Custo com operação	(80.636)	-	(80.636)	(821.417)	-	(821.417)
Depreciação e amortização	-	(63.276)	(63.276)	-	(560.885)	(560.885)
Outros custos com operação	-	(17.360)	(17.360)	-	(260.532)	(260.532)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	-	-	(1.575)	-	(1.575)
Lucro operacional bruto	608.685	-	608.685	1.790.715	-	1.790.715
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	(4.382)	-	(4.382)	(4.401)	-	(4.401)
Depreciação e amortização	-	(15)	(15)	-	(11)	(11)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(320)	-	(320)	(339)	-	(339)
Outras despesas com vendas	(4.062)	15	(4.047)	(4.062)	11	(4.051)
Despesas gerais e administrativas	(23.913)	-	(23.913)	(174.477)	-	(174.477)
Depreciação e amortização	-	(1.270)	(1.270)	-	(10.510)	(10.510)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(22.643)	(22.643)	-	(163.967)	(163.967)
Outras despesas operacionais	(9.968)	-	(9.968)	(229.502)	-	(229.502)
Amortização de intangível da concessão	-	(9.966)	(9.966)	-	(167.614)	(167.614)
Outras despesas operacionais	-	(2)	(2)	-	(61.888)	(61.888)
Resultado do serviço	570.424	-	570.424	1.382.335	-	1.382.335
Resultado de participações societárias	483.962	-	483.962	334.198	-	334.198
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	63.426	-	63.426	185.219	-	185.219
Despesas financeiras	(266.760)	-	(266.760)	(941.623)	-	(941.623)
	(203.334)	-	(203.334)	(756.405)	-	(756.405)
Lucro antes dos tributos	851.052	-	851.052	960.127	-	960.127
Contribuição social	(22.341)	-	(22.341)	(34.307)	-	(34.307)
Imposto de renda	(62.260)	-	(62.260)	(62.169)	-	(62.169)
	(84.600)	-	(84.600)	(96.476)	-	(96.476)
Lucro líquido do exercício	766.451	-	766.451	863.652	-	863.652

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.16.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e/ou liquidez diária, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão

Transmissoras:

As transmissoras controladas da Companhia, são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo.

3.3 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2,62% a 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *software* e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são

individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 / IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

- Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,22%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço anual ou semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de suprimento da Companhia e suas controladas proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura das transmissoras é registrada de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, tendo como contrapartida um ativo contratual.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Em 2019 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total de receitas da Companhia são como seguem: Furnas R\$ 588.476 (73%) e CPFL Paulista R\$ 145.837 (18%).

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.13 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida

negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.14 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.4.3.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.15 Novas normas e interpretações vigentes

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia e suas controladas avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas das controladas indiretas da CPFL Renováveis, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. Para os demais contratos, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram de R\$ 24.642.

Para os demais contratos nos quais a Companhia e/ou suas controladas atuam como arrendatárias, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram imateriais.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

A IFRIC 23 / ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e constatou que não houve impactos pela adoção da mesma (nota 18).

3.16 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente revisão de Pronunciamentos técnicos nº 14 do CPC (deliberação CVM 836/19)

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para

definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos bancários	2.040	314	161.307	60.225
Aplicações financeiras	85.885	81.599	434.425	939.606
Título de crédito privado (a)	85.885	81.599	227.624	134.241
Fundos de investimento (b)	-	-	206.801	805.366
Total	87.925	81.913	595.732	999.832

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 70.892 (R\$ 128.122 em 31 de dezembro de 2018), (ii) Operações Compromissadas em debêntures no montante de R\$ 14.991 (R\$ 6.119 em 31 de dezembro de 2018) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 100,1% do CDI para CDB e 80% do CDI para Operações Compromissadas.

b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 79% do CDI.

5.1 - Títulos de valores mobiliários

	Consolidado
Títulos e valores mobiliários	31/12/2019
Através de fundos de investimentos (a)	449.786
Total	449.786

(a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,87% do CDI, com vencimentos a partir de setembro de 2020.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Operações realizadas na CCEE (a)	848	778	66.098	66.183
Concessionárias e permissionárias (b)	85.450	97.760	292.816	299.728
Outros	404	312	380	182
	86.702	98.850	359.294	366.093
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(435)	(422)	(448)	(451)
Total	86.266	98.427	358.847	365.642
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE (a)	29.703	28.430	179.913	187.256
Total	29.703	28.430	179.913	187.256

a) Operações realizadas na CCEE

O saldo do não circulante de R\$ 179.913 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE; e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

b) Concessionárias e Permissionárias

No ativo circulante o saldo consolidado está composto:

- R\$ 66.489 (R\$ 79.816 em 31 de dezembro de 2018) referente principalmente ao saldo a receber da quota parte da Companhia da energia produzida pela Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, que está sendo integralmente comercializada com FURNAS;
- R\$ 18.961 (R\$ 17.944 em 31 de dezembro de 2018) referente à energia produzida pela BAESA e comercializada pela Companhia por meio de contrato bilateral junto à Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”) e Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”).

- R\$ 690 (R\$ 508 em 31 de dezembro de 2018) referente à Transmissão de energia elétrica e Uso de rede elétrica;
- R\$ 39.296 (R\$ 34.346 em 31 de dezembro de 2018) decorrente da energia produzida pela CERAN que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Brasil; e
- R\$ 167.380 (R\$ 167.114 em 31 de dezembro de 2018) referente a energia produzida pela controlada CPFL Renováveis que basicamente é comercializada como PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás e mercado livre.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 31 d.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 10)	Total
Saldo em 31/12/2017	(406)	(326)	(732)
Provisão revertida (constituída) líquida	(45)	-	(45)
Recuperação de receita	(294)	-	(294)
Baixa de contas a receber provisionadas	294	-	294
Saldo em 31/12/2018	(451)	(326)	(777)
Adição em função de aquisição de empresas	-	(1)	(1)
Provisão revertida (constituída) líquida	3	-	3
Recuperação de receita	(5)	-	(5)
Baixa de contas a receber provisionadas	5	-	5
Saldo em 31/12/2019	(448)	(327)	(775)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	486	560
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	-	1.638	2.265
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.158	7.588	47.068	48.140
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.158	7.588	49.193	50.965
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10.239	13.037	33.823	59.651
ICMS a compensar	-	-	5.836	4.861
Programa de integração social - PIS	530	709	4.866	4.502
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.445	3.273	22.706	21.016
Outros	-	3	737	202
Outros tributos a compensar	13.213	17.022	67.968	90.233
Total Circulante	14.371	24.610	117.161	141.198
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	36	-
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	32.284	1.907
Imposto de renda a compensar	-	-	32.320	1.907
ICMS a compensar	-	-	2.808	2.813
Outros	-	-	3.580	3.530
Outros tributos a compensar	-	-	6.388	6.343
Total não circulante	-	-	38.708	8.250

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2019, inclui-se o montante de R\$ 22.148 (R\$ 44.450 em 31 de dezembro de 2018) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que conforme expectativa da Administração será compensado com recolhimento de imposto de renda.

PIS/COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2019, inclui o montante de R\$ 23.446 (R\$ 18.048 em 31 de dezembro de 2018) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia.

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 – Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>				
Bases negativas	-	-	23.234	23.081
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(46.410)	(56.931)	(292.691)	(316.691)
Subtotal	(46.410)	(56.931)	(269.457)	(293.610)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>				
Prejuízos fiscais	-	-	64.539	64.114
Benefício fiscal do intangível incorporado	10.769	12.061	10.769	12.061
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(128.918)	(158.143)	(808.544)	(877.642)
Subtotal	(118.150)	(146.082)	(733.236)	(801.467)
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(9.635)	(7.824)
Total	(164.560)	(203.013)	(1.012.328)	(1.102.901)
Total crédito fiscal	-	3.017	-	3.017
Total débito fiscal	(164.560)	(206.030)	(1.012.328)	(1.105.918)

8.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 13.

8.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	30	83	1.094	3.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69	191	67	187
Provisão relacionada a pessoal	201	557	197	547
Derivativos	(4.383)	(12.176)	(10.308)	(28.633)
Perdas atuariais	554	1.538	554	1.538
Marcação a Mercado- Derivativos	(517)	(1.433)	(432)	(1.199)
Marcação a Mercado- Dívidas	126	354	(518)	(1.439)
Depreciação acelerada incentivada	(206)	(572)	(149)	(415)
Outros	119	330	166	464
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(45.568)	(126.578)	(48.806)	(135.572)
Perdas atuariais	3.334	9.260	1.540	4.277
Marcação a Mercado- Derivativos	-	(1)	(2)	(7)
Marcação a Mercado- Dívidas	(169)	(471)	(334)	(929)
Total	(46.410)	(128.918)	(56.931)	(158.143)

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	30	83	-	1.094	3.038	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69	191	-	67	187	-
Programas de P&D e eficiência energética	5	14	-	3	10	-
Provisão relacionada a pessoal	201	557	-	197	547	-
Derivativos	(4.383)	(12.176)	-	(10.308)	(28.633)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(2.215)	(4.137)	(9.635)	(2.219)	(4.102)	(7.824)
Perdas atuariais	554	1.538	-	554	1.538	-
Marcação a Mercado- Derivativos	(516)	(1.434)	-	(432)	(1.199)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	127	354	-	(518)	(1.439)	-
Depreciação acelerada incentivada	(1.673)	(4.647)	-	(149)	(415)	-
Outros	114	316	-	163	454	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(45.568)	(126.578)	-	(48.806)	(135.572)	-
Perdas atuariais	3.334	9.260	-	1.540	4.277	-
Marcação a Mercado- Derivativos	-	(1)	-	(2)	(7)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(169)	(471)	-	(334)	(929)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	18.334	50.955	-	21.365	59.347	-
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(17.192)	(47.755)	-	(24.690)	(68.584)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(211.821)	(588.393)	-	(227.199)	(631.106)	-
Outras diferenças temporárias	(31.922)	(86.220)	-	(27.016)	(75.053)	-
Total	(292.691)	(808.544)	(9.635)	(316.691)	(877.642)	(7.824)

8.4 – Expectativa de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Sua composição é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Expectativa de recuperação</u>		
2021	2.701	2.701
2022	1.514	1.514
2023	1.514	1.514
2024	1.347	6.503
2025 a 2027	1.347	42.338
2028 a 2030	3.954	41.191
2031 a 2033	15.139	19.530
Total	<u>27.515</u>	<u>115.290</u>

8.5 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

	<u>Controladora</u>			
	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Lucro antes dos tributos	977.949	977.949	851.052	851.052
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(502.579)	(502.579)	(483.962)	(483.962)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(579)	-
Realização correção monetária complementar	2	-	2	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(6)	(6)	(18)	(18)
Juros sobre o capital próprio	(138.769)	(138.769)	(120.513)	(120.513)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.014	2.605	2.252	2.480
Base de cálculo	338.032	339.200	248.234	249.039
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	<u>(30.423)</u>	<u>(84.800)</u>	<u>(22.341)</u>	<u>(62.260)</u>
Corrente	(38.983)	(107.286)	(18.676)	(47.054)
Diferido	8.560	22.486	(3.665)	(15.206)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	Consolidado			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.168.860	1.168.860	960.127	960.127
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(349.090)	(349.090)	(334.198)	(334.198)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(579)	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(6)	(6)	(18)	(18)
Efeito regime lucro presumido	(339.527)	(397.258)	(203.381)	(288.222)
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	-	-	(52.336)
Juros sobre o capital próprio	(138.769)	(138.769)	(120.513)	(120.513)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	50.431	47.538	23.918	16.191
Base de cálculo	391.320	331.275	325.356	181.031
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(35.219)	(82.819)	(29.282)	(45.258)
Crédito fiscal não reconhecido, líquido	(27.723)	(70.121)	(5.025)	(16.911)
Total	(62.942)	(152.940)	(34.307)	(62.169)
Corrente	(85.135)	(215.724)	(71.715)	(161.007)
Diferido	22.193	62.784	37.409	98.838

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Crédito fiscal não reconhecido, líquido - O crédito fiscal não reconhecido corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 84.977 refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (receita de R\$ 578 em 2019 e receita de R\$ 84.099 em 2018); (ii) benefício fiscal do ágio incorporado (despesa de R\$ 1.292 em 2019 e despesa de R\$ 1.931 em 2018) e (iii) diferenças temporárias (receita de R\$ 85.695 em 2019 e receita de R\$ 56.741 em 2018).

8.6 – Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	Controladora			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	24.925	24.925	4.178	4.178
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(2.242)	(6.230)	(376)	(1.045)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	448	1.247	(424)	(1.174)
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.794)	(4.983)	(800)	(2.219)

8.7 – Créditos fiscais não reconhecidos

A CPFL Renováveis possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas (R\$ 748.435) que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(9) ATIVO CONTRATUAL

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2018	-
Circulante	-
Não circulante	-
Reclassificação de outros créditos	249.652
Adições	20.970
Atualização	31.725
Recebimento RAP	(23.344)
Saldo em 31/12/2019	<u>279.003</u>
Circulante	24.387
Não circulante	254.616

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão. A mudança decorrente da adoção do IFRS 15 para ativo contratual para as controladas de transmissão de energia elétrica do grupo foi considerada imaterial e portanto não gerou ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(10) OUTROS ATIVOS

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>		<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos a receber - consórcios	-	-	-	-	-	-	13.210	21.494
Adiantamentos - Fundação CESP	132	62	134	134	132	62	134	134
Adiantamentos - fornecedores	-	-	-	-	41.494	2.721	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	-	75.034	568.498	508.213
Ordens em curso	-	-	-	-	1.046	5.777	9.448	6.844
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	10.432	-	10.432	25.390
Despesas antecipadas	1.781	1.706	760	1.559	22.998	13.463	1.827	1.559
Repactuação GSF	-	-	-	-	5.333	11.391	-	4.627
Adiantamentos a funcionários	187	214	-	-	707	668	-	-
Indenizações	13.628	21.963	-	-	31.730	28.880	-	-
Ativo contratual das transmissoras	-	-	-	-	-	23.535	-	226.117
Outros	(19)	1.732	-	-	29.791	9.274	44.448	15.606
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(327)	(326)	-	-	(327)	(326)	-	-
Total	<u>15.382</u>	<u>25.352</u>	<u>894</u>	<u>1.693</u>	<u>143.335</u>	<u>170.479</u>	<u>647.997</u>	<u>809.984</u>

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

Contratos de pré-compra de energia – Pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Repactuação GSF – Prêmio pago antecipadamente pelas controladas Ceran e CPFL Renováveis, referente à transferência do risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”) e é amortizado de forma linear em contrapartida a outros custos operacionais.

Indenizações – No consolidado o montante de R\$ 31.730, inclui o valor registrado na controladora de R\$ 13.628, referente à indenização pelo acordo de acionistas da Baesa.

(11) INVESTIMENTOS

11.1 – Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.844.167	3.461.018	988.516	970.302
Adiantamento para futuro aumento de capital (*)	64.809	-	-	-
Subtotal	3.908.976	3.461.018	988.516	970.302
Mais valia de ativos, líquidos	9.481	10.060	9.481	10.060
Total	3.918.457	3.471.079	997.997	980.362

(*) Em 31 de dezembro de 2019, o montante de adiantamento para futuro aumento de capital era composto pelos adiantamentos para a CPFL Transmissão Sul I R\$ 13.446, CPFL Transmissão Sul II R\$ 25.646 e CPFL Transmissão Maracanaú R\$ 25.717.

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2019			31/12/2019		31/12/2018		2019		2018	
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial				
Baesa	99.618.754	25,01	398.381	624.591	2.999	156.185	175.189	750	791				
Enercan	97.831.000	48,72	200.787	426.632	252.941	207.868	175.122	123.240	101.392				
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	747.489	276.370	381.219	378.558	140.949	127.250				
Epasa	150.941.659	53,34	221.413	455.996	158.839	243.244	241.433	84.730	105.343				
CPFL Renováveis	277.251.717	53,18	3.698.060	4.544.434	96.628	2.416.866	2.138.478	53.686	56.336				
Ceran	78.000.000	65,00	120.000	297.523	105.468	193.390	141.975	68.554	64.500				
CPFL Piracicaba	82.585.354	100,00	82.585	111.089	14.179	111.089	96.910	14.179	13.705				
CPFL Morro Agudo	50.010.000	100,00	100.010	129.611	16.268	129.611	113.343	16.268	15.224				
CPFL Maracanaú	10.000	100,00	3.872	29.869	280	4.152	10	280	-				
CPFL Sul I	10.000	100,00	10	13.603	147	157	-	147	-				
CPFL Sul II	10.000	100,00	10	26.031	375	385	-	375	-				
Subtotal Investimento pelo patrimônio líquido						3.844.167	3.461.018	503.159	484.542				
Amortização de mais valia de ativos						-	-	(579)	(579)				
Total						3.844.167	3.461.018	502.579	483.962				

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 579 (R\$ 579 em 31 de dezembro 2018), é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

Investimento	Saldo em 31/12/2018			Movimentação em 2019				Saldo em 31/12/2019		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Movimentação de capital sem alteração no controle	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	241.433	-	241.433	-	84.730	-	(82.918)	243.245	-	243.245
BAESA	175.189	-	175.189	-	750	-	(19.754)	156.185	-	156.185
ENERCAN	175.122	-	175.122	-	123.240	-	(90.494)	207.868	-	207.868
Chapecoense	378.558	-	378.558	-	140.949	-	(138.288)	381.219	-	381.219
CERAN	141.975	(141.975)	-	-	68.554	-	(17.138)	193.390	(193.390)	-
CPFL Piracicaba	96.910	(96.910)	-	-	14.179	-	-	111.089	(111.089)	-
CPFL Morro Agudo	113.343	(113.343)	-	-	16.268	-	-	129.611	(129.611)	-
CPFL Maracanaú	10	(10)	-	3.862	280	-	-	4.152	(4.152)	-
CPFL Sul I	-	-	-	10	147	-	-	157	(157)	-
CPFL Sul II	-	-	-	10	375	-	-	385	(385)	-
CPFL Renováveis	2.138.478	(2.138.478)	-	300.000	53.686	(75.298)	-	2.416.866	(2.416.866)	-
	3.461.018	(2.490.716)	970.302	303.882	503.159	(75.298)	(348.592)	3.844.167	(2.855.650)	988.516

* Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 579 no exercício.

Investimento	Saldo em 31/12/2017			Movimentação em 2018			Saldo em 31/12/2018		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	240.388	-	240.388	-	105.343	(104.299)	241.433	-	241.433
BAESA	187.654	-	187.654	-	791	(13.257)	175.189	-	175.189
ENERCAN	176.998	-	176.998	-	101.392	(103.269)	175.122	-	175.122
Chapecoense	385.870	-	385.870	-	127.250	(134.561)	378.558	-	378.558
CERAN	159.773	(159.773)	-	-	64.500	(82.298)	141.975	(141.975)	-
CPFL Piracicaba	92.650	(92.650)	-	-	13.705	(9.446)	96.910	(96.910)	-
CPFL Morro Agudo	58.791	(58.791)	-	50.000	15.224	(10.671)	113.343	(113.343)	-
CPFL Maracanaú	-	-	-	10	-	-	10	(10)	-
CPFL Renováveis	2.080.900	(2.080.900)	-	1.243	56.336	-	2.138.478	(2.138.478)	-
	3.383.023	(2.392.114)	990.910	51.253	484.542	(457.801)	3.461.018	(2.490.716)	970.302

* Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 579 no exercício.

11.2 – Dividendos a Receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BAESA	3.504	3	3.504	3
ENERCAN	59.289	65.010	59.289	65.010
CERAN	22.280	48.567	-	-
Chapecoense	37.090	33.733	37.090	33.733
CPFL Transmissão Piracicaba	11.849	21.255	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	3.616	-	-
	134.011	172.184	99.882	98.747

11.3 – Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento para futuro aumento de capital Coligadas e Controladas - Ativo Não Circulante		
CPFL Renováveis	-	300.000
Total	-	300.000

11.4 – Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

11.4.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Total
Saldo em 31/12/2017	86.031	2.058.078	2.144.109
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	34.731	62.469	97.200
Dividendos distribuídos a não controladores	(44.314)	(8.671)	(52.985)
Outras movimentações	-	817	817
Saldo em 31/12/2018	76.448	2.112.693	2.189.141
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,44%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	36.914	53.338	90.252
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle		75.298	75.298
Dividendos distribuídos a não controladores	(9.228)	(11.897)	(21.125)
Outras movimentações	-	122	122
Saldo em 31/12/2019	104.134	2.229.554	2.333.688
Participação acionária e no capital votante	35,00%	46,82%	

11.4.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são como segue:

Ativo e Passivo	31/12/2019		31/12/2018	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
Ativo circulante	78.836	1.312.372	80.367	1.330.819
Caixa e equivalentes de caixa	33.140	412.579	32.729	876.571
Ativo não circulante	751.546	10.496.351	799.390	10.845.036
Passivo circulante	215.198	1.545.741	246.482	1.396.120
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.128	617.030	106.555	819.993
Outros passivo financeiros	13.256	430.257	13.406	7.670
Passivo não circulante	317.660	5.616.562	414.852	6.528.563
Empréstimos, financiamentos e debêntures	211.051	4.387.676	316.581	4.738.841
Outros passivo financeiros	91.181	-	89.965	-
Patrimônio líquido	297.523	4.646.421	218.423	4.251.172
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	193.389	2.416.867	141.975	2.138.479
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	104.134	2.229.554	76.448	2.112.693

DRE	2019		2018	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
Receita operacional líquida	339.041	1.928.011	333.289	1.936.319
Custo e despesa operacional	(102.685)	(724.479)	(95.321)	(727.557)
Depreciação e amortização	(43.033)	(645.722)	(41.378)	(623.106)
Receita de juros	4.821	73.216	6.191	93.076
Despesa de juros	(39.623)	(420.775)	(53.630)	(517.403)
Despesa de imposto sobre a renda	(52.197)	(47.152)	(48.239)	37.276
Lucro (prejuízo) líquido	105.468	107.024	99.230	118.805
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	105.468	96.628	99.230	109.264
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	10.396	-	9.542

11.4.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2019, e 31 de dezembro de 2018 são como segue:

Ativo e Passivo	31/12/2019				31/12/2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	219.117	66.863	379.359	294.877	208.326	68.956	345.737	327.084
Caixa e equivalentes de caixa	77.290	18.315	240.645	96.130	66.519	17.425	184.002	18.269
Ativo não circulante	982.032	915.379	2.472.085	470.864	1.033.320	966.664	2.604.162	502.618
Passivo circulante	390.817	72.383	451.803	93.512	385.271	50.639	424.635	152.168
Empréstimos, financiamentos e debêntures	133.548	-	138.759	35.660	137.225	-	138.706	34.473
Outros passivo financeiros	7.131	35.944	75.668	1.416	5.869	34.832	74.156	1.346
Passivo não circulante	383.699	285.269	1.652.152	216.233	496.953	284.391	1.782.993	224.933
Empréstimos, financiamentos e debêntures	255.756	-	913.308	115.842	383.358	-	1.045.402	151.964
Outros passivo financeiros	25.513	271.267	731.113	-	26.936	272.079	734.630	-
Patrimônio líquido	426.632	624.591	747.489	455.996	359.422	700.590	742.271	452.601

DRE	2019				2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	650.900	286.378	881.458	560.203	591.875	321.142	863.861	840.005
Custo e despesa operacional	(192.780)	(201.494)	(195.973)	(319.024)	(188.756)	(214.448)	(191.749)	(562.097)
Depreciação e amortização	(49.110)	(50.832)	(124.244)	(34.690)	(50.051)	(50.609)	(117.858)	(34.525)
Receita de juros	5.573	1.850	16.309	3.990	4.793	4.176	15.729	4.258
Despesa de juros	(33.399)	(31.533)	(163.977)	(13.972)	(46.042)	(53.946)	(205.138)	(17.491)
Despesa de imposto sobre a renda	(126.313)	(1.124)	(136.830)	(38.983)	(101.484)	(1.229)	(124.284)	(38.740)
Lucro (prejuízo) líquido	252.941	2.999	276.370	158.839	208.100	3.164	249.510	197.481
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN, BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

11.4.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

(12) IMOBILIZADO

Controladora								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2017	11.268	252.000	195.950	615.467	595	455	12.869	1.088.604
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.439.554	1.616	2.727	12.869	2.316.863
Depreciação acumulada	-	(210.781)	(190.098)	(824.087)	(1.021)	(2.273)	-	(1.228.259)
Adições	-	-	-	-	-	-	4.488	4.488
Baixas	-	-	-	-	(39)	-	-	(39)
Transferências	-	-	-	4.273	236	-	(4.509)	-
Depreciação	-	(11.821)	(10.083)	(41.393)	(178)	(95)	-	(63.571)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	28	-	-	28
Saldo em 31/12/2018	11.268	240.179	185.867	578.347	643	359	12.849	1.029.511
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.443.827	1.813	2.728	12.849	2.321.313
Depreciação acumulada	-	(222.602)	(200.181)	(865.480)	(1.170)	(2.368)	-	(1.291.801)
Adições	-	-	-	-	-	-	7.179	7.179
Baixas	-	-	-	(4.977)	-	-	-	(4.977)
Transferências	-	-	593	4.096	226	-	(4.915)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	(246)	(246)
Depreciação	-	(12.347)	(10.047)	(41.209)	(193)	(72)	-	(63.868)
Baixa da depreciação	-	-	-	3.344	-	-	-	3.344
Saldo em 31/12/2019	11.268	227.833	176.412	539.600	675	287	14.868	970.943
Custo histórico	11.268	462.781	386.641	1.442.945	2.039	2.728	14.868	2.323.269
Depreciação acumulada	-	(234.948)	(210.229)	(903.346)	(1.364)	(2.440)	-	(1.352.326)
Taxa média de depreciação 2018		2,57%	2,62%	3,11%	13,63%	7,49%		
Taxa média de depreciação 2019		2,62%	2,60%	3,10%	14,29%	6,19%		

Consolidado								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2017	164.524	1.316.078	1.079.667	6.812.941	1.412	2.950	211.221	9.588.793
Custo histórico	203.395	2.062.741	1.630.372	9.626.101	2.947	9.155	211.221	13.745.931
Depreciação acumulada	(38.870)	(746.663)	(550.706)	(2.813.160)	(1.535)	(6.204)	-	(4.157.138)
Adições	-	-	-	-	-	-	243.910	243.910
Baixas	(7)	-	(7.909)	(13.062)	(381)	(18)	(2.107)	(23.483)
Transferências	20.181	151.754	39.161	85.353	470	646	(297.564)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(2.755)	-	(100.720)	102.914	-	6	(2.044)	(2.599)
Depreciação	(8.082)	(79.136)	(59.969)	(423.429)	(369)	(146)	-	(571.130)
Baixa da depreciação	2	-	15	5.554	226	31	-	5.828
Transferências de/para outros ativos - depreciação	(994)	-	20.714	(18.845)	-	-	-	875
Saldo em 31/12/2018	172.869	1.388.696	970.958	6.551.426	1.359	3.469	153.416	9.242.194
Custo histórico	220.813	2.214.495	1.560.919	9.801.952	3.036	9.789	153.416	13.964.420
Depreciação acumulada	(47.944)	(825.799)	(589.961)	(3.250.525)	(1.677)	(6.319)	-	(4.722.224)
Adições	-	-	-	-	-	-	250.173	250.173
Baixas	-	(5)	(31.080)	(27.326)	(213)	-	(8)	(58.632)
Transferências	603	15.883	49.925	73.841	608	407	(141.266)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.333)	(8.249)	(6.968)	12.395	-	(40)	1.924	(2.271)
Depreciação	(8.875)	(84.562)	(60.328)	(436.416)	(377)	(448)	-	(591.006)
Baixa da depreciação	-	5	2.231	14.697	87	-	-	17.020
Transferências de/para outros ativos - depreciação	(5)	-	21	645	-	-	-	661
Saldo em 31/12/2019	163.259	1.311.769	924.758	6.189.262	1.464	3.389	264.239	8.858.139
Custo histórico	220.083	2.222.123	1.572.796	9.860.862	3.432	10.156	264.239	14.153.690
Depreciação acumulada	(56.824)	(910.354)	(648.038)	(3.671.599)	(1.967)	(6.767)	-	(5.295.550)
Taxa média de depreciação 2018	3,86%	3,66%	3,92%	4,39%	16,56%	6,57%		
Taxa média de depreciação 2019	3,86%	3,90%	3,91%	4,50%	17,00%	5,79%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R\$ 248.018 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 139.615 em 31 de dezembro de 2018).

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2019 não ocorreram capitalizações, em 2018 foram capitalizados R\$ 10.591 a uma taxa de 8,74%.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 15, é de aproximadamente R\$ 3.908.099 (R\$ 3.654.120 em 31 de dezembro de 2018), sendo o montante relacionado à controlada CPFL Renováveis.

12.1 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2019 e 2018 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(13) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinações de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	102.986	3.794	106.780
Custo histórico	426.450	16.387	442.837
Amortização acumulada	(323.463)	(12.593)	(336.056)
Adições	-	1.340	1.340
Amortização	(9.966)	(991)	(10.957)
Saldo em 31/12/2018	93.020	4.143	97.163
Custo histórico	426.450	17.727	444.177
Amortização acumulada	(333.430)	(13.583)	(347.013)
Adições	-	1.132	1.132
Amortização	(9.966)	(1.244)	(11.210)
Baixa e transferência - outros ativos	-	246	246
Saldo em 31/12/2019	83.053	4.278	87.331
Custo histórico	426.450	19.105	445.555
Amortização acumulada	(343.396)	(14.827)	(358.223)

Consolidado				
Direito de concessão				
	Adquirido em combinações de negócio	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	2.921.317	25.904	37.534	2.984.755
Custo histórico	4.123.379	35.840	94.831	4.254.050
Amortização acumulada	(1.202.062)	(9.936)	(57.297)	(1.269.295)
Adições	-	-	11.575	11.575
Amortização	(167.615)	(1.419)	(5.207)	(174.241)
Transferência - intangíveis	-	-	1.616	1.616
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(565)	(564)
Combinação de negócios	-	-	50	50
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável	-	-	47	47
Outros	(58.057)	-	-	(58.057)
Saldo em 31/12/2018	2.695.645	24.485	45.051	2.765.181
Custo histórico	4.067.744	35.840	107.370	4.210.954
Amortização acumulada	(1.372.099)	(11.355)	(62.318)	(1.445.772)
Adições	-	-	7.502	7.502
Amortização	(167.437)	(1.419)	(6.242)	(175.098)
Transferência - intangíveis	-	-	1.611	1.611
Baixa e transferência - outros ativos	(1.755)	-	-	(1.755)
Saldo em 31/12/2019	2.526.451	23.065	47.924	2.597.441
Custo histórico	4.065.989	35.840	116.485	4.218.314
Amortização acumulada	(1.539.537)	(12.775)	(68.560)	(1.620.872)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios.

13.1 – Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2019 e 2018, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	10.685	3.960	74.120	50.533
Encargos de uso da rede elétrica	113	109	3.387	3.328
Materiais e serviços	5.156	2.811	91.988	35.679
Total	15.954	6.880	169.496	89.540
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	-	-	104.206	113.853
Total	-	-	104.206	113.853

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo inicial 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Consolidado			Saldo Final 31/12/2018
				Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	460.255	166.404	(71.631)	37.641	-	(37.751)	554.915
Pós Fixado							
TJLP	3.039.454	125.515	(294.766)	258.090	-	(234.405)	2.893.887
CDI	1.312.096	16.000	(970.703)	63.124	-	(92.855)	327.661
IGP-M	57.291	-	(10.511)	9.788	-	(4.679)	51.889
IPCA	-	32.418	-	678	-	(312)	32.784
Total ao custo	4.869.096	340.337	(1.347.611)	369.321	-	(370.002)	3.861.136
Gastos com captação (*)	(19.385)	(6.820)	-	3.832	-	-	(22.373)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	814.777	194.995	(321.888)	38.895	161.423	(36.941)	851.261
Marcação a mercado	(10.310)	-	-	838	-	-	(9.472)
Total ao valor justo	804.467	194.995	(321.888)	39.733	161.423	(36.941)	841.789
Total	5.654.178	528.512	(1.669.499)	412.886	161.423	(406.943)	4.680.552
Circulante	880.135						1.104.284
Não Circulante	4.774.043						3.576.268

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	554.915	-	(77.904)	37.426	-	(41.004)	473.434
Pós Fixado							
TJLP	2.893.887	-	(289.277)	226.875	-	(205.808)	2.625.676
CDI	327.661	-	(164.170)	15.182	-	(20.891)	157.781
IGP-M	51.889	-	(11.141)	5.936	-	(4.077)	42.606
Outros	32.784	-	(711)	1.473	-	(1.735)	31.813
Total ao custo	3.861.136	-	(543.203)	286.891	-	(273.515)	3.331.311
Gastos com captação (*)	(22.373)	-	-	1.600	-	-	(20.773)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	851.261	13.500	(583.272)	26.176	30.513	(29.748)	308.431
Marcação a mercado	(9.472)	-	-	9.006	-	-	(466)
Total ao valor justo	841.789	13.500	(583.272)	35.182	30.513	(29.748)	307.965
Total	4.680.552	13.500	(1.126.474)	323.674	30.513	(303.263)	3.618.504
Circulante	1.104.284						582.009
Não circulante	3.576.268						3.036.495

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2019	31/12/2018		
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8% (a)	42.136	61.909	2011 a 2024	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações; (v) Penhor de Ações; e (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 10% (a)	39.263	70.455	2012 a 2025	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Conta Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINEP	Pré fixado de 3,5% a 8%	-	3.360	2013 a 2021	Fiança bancária
BNB	Pré fixado de 9,5% a 10,14%	392.036	419.191	2027 a 2037	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; (vii) Fiança da CPFL Renováveis
		473.434	554.915		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 3,4% (b)	2.623.869	2.893.887	2009 a 2039	(i) Penhor de Ações das Subholdings e da SPE, de máquinas e equipamentos, direitos creditórios dos contratos de O&M e direitos emergentes da autorização da ANEEL; (ii) Cessão fiduciária dos direitos creditórios; (iii) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos; e (iv) Fiança bancária, Fiança de Interventores, da CPFL Energia e da State Grid Brazil, Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEP	TJLP + 5%	1.808	-	2021	Fiança bancária
		2.625.676	2.893.887		
CDI					
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9% (c)	157.781	327.661	2012 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis
		157.781	327.661		
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	42.606	51.889	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis e (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Outros	IPCA + 2,08%	31.813	32.785	2007 a 2038	Fiança Bancária
Total moeda nacional		3.331.311	3.861.137		
Gastos com captação (*)		(20.773)	(22.373)		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 1,41%	161.391	310.382	2020	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,96% a 4,32%	147.040	540.880	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		308.431	851.262		
Marcação a mercado		(466)	(9.472)		
Total moeda estrangeira		307.965	841.790		
Total		3.618.504	4.680.552		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem *swap* convertendo variação cambial em variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPC 48 e IFRS 9, classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos

derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 466 (R\$ 9.472 em 31 de dezembro 2018), que compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 540 (R\$ 12.120 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram uma perda líquida de R\$ 74 (perda líquida de R\$ 2.648 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2021	508.166
2022	381.013
2023	364.506
2024	281.743
2025	262.810
2026 a 2030	943.959
2031 a 2035	227.898
2036 a 2040	66.074
Subtotal	3.036.169
Marcação a mercado	326
Total	3.036.495

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada %</u>		<u>Consolidado</u>	
			<u>% da dívida</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IGPM	7,30	7,54	1,18	1,11
TJLP	6,30	6,72	72,56	61,83
CDI	5,97	6,40	4,36	25,19
Outros			21,90	11,88
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

Modalidade Empresa	Total aprovado	Montantes liberados			Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
		em 2019	líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros				
Moeda Estrangeira								
Dólar								
Lei 4131								
CPFL Geração	13.500	13.500	13.500	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	USD + 1,96%	USD + 1,96%	Capital de Giro
		13.500	13.500					

Pré-pagamento:

No ano de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 75.000 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até janeiro de 2020, na controlada CPFL Renováveis.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,0 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a um índice que varia entre 25% e 30%.
- Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 80%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,55.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação

societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao custo - pós fixado						
TJLP	495.408	-	(46.768)	37.539	(5.080)	481.099
CDI	3.774.900	1.743.000	(2.241.360)	265.448	(331.420)	3.210.568
IPCA	403.301	-	-	38.725	(22.251)	419.775
Total ao custo	4.673.609	1.743.000	(2.288.128)	341.712	(358.751)	4.111.442
Gastos com captação (*)	(31.969)	(4.303)	-	10.920	-	(25.352)
Total	4.641.639	1.738.697	(2.288.128)	352.632	(358.751)	4.086.090
Curto Prazo	1.359.300					716.319
Longo Prazo	3.282.339					3.369.771

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
TJLP	481.099	-	(70.761)	33.385	(4.732)	438.990
CDI	3.210.568	838.000	(1.157.723)	199.340	(210.101)	2.880.085
IPCA	419.775	-	(109.107)	42.139	(15.760)	337.046
Total ao custo	4.111.442	838.000	(1.337.591)	274.864	(230.593)	3.656.122
Gastos com captação (*)	(25.352)	(228)	-	9.380	-	(16.200)
Total	4.086.090	837.772	(1.337.591)	284.244	(230.593)	3.639.922
Circulante	716.319					482.939
Não circulante	3.369.771					3.156.984

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia	
		31/12/2019	31/12/2018			
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
TJLP	TJLP + 1%	(c)	438.990	481.100	2009 a 2029	Alienação Fiduciária
CDI	(i) De 103,6% a 109,75% do CDI	(a)	1.564.854	2.351.141	2018 a 2025	(i) Fiança da CPFL Energia e CPFL Renováveis (ii) Aval da CPFL Energia (iii) Cessão Fiduciária dos dividendos da PCH Holding
	(ii) CDI + 0,75% a 0,83%	(a)	1.315.230	859.427		
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,8%	(b)	337.046	419.774	2019 a 2027	Fiança da CPFL Energia
			3.656.122	4.111.443		
	Gastos com captação (*)		(16.200)	(25.352)		
	Total		3.639.922	4.086.090		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI | CDI + de 0,76% a 0,89%

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(c) TJLP + 3,48%

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2021	907.908
2022	1.254.413
2023	755.284
2024	47.856
2025	47.856
2026 a 2030	143.667
Total	3.156.984

Principais adições no exercício:

Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			em 2019	Líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional									
CDI									
CPFL Renováveis	9ª emissão 1ª série	300.000	300.000	299.956	Semestral	Parcela única em novembro de 2022	104,75% do CDI	105,45% do CDI	(a)
CPFL Renováveis	9ª emissão 2ª série	538.000	538.000	537.815	Semestral	3 parcelas semestrais a partir de novembro de 2022	106% do CDI	106,66% do CDI	(a)
			838.000	837.772					

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da controlada

Pré-pagamento:

No ano de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 675.484 (R\$ 635.000 em 31 de dezembro de 2018) de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

17.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da FUNCESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer

responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2019</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	152.254
Valor justo dos ativos do plano	<u>(105.914)</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>46.340</u>

	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	119.964
Valor justo dos ativos do plano	<u>(98.836)</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>21.128</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2017	110.801
Custo do serviço corrente bruto	78
Juros sobre obrigação atuarial	10.109
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409
Benefícios pagos no ano	<u>(9.433)</u>
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018	119.964
Custo do serviço corrente bruto	84
Juros sobre obrigação atuarial	10.507
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(165)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	31.516
Benefícios pagos no ano	<u>(9.652)</u>
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	<u>152.254</u>

	<u>Ativo</u>
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2017	(94.378)
Rendimento esperado no ano	(8.634)
Contribuições de patrocinadoras	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)
Benefícios pagos no ano	<u>9.433</u>
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018	(98.836)
Rendimento esperado no ano	(8.699)
Contribuições de patrocinadoras	(1.604)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.426)
Benefícios pagos no ano	<u>9.652</u>
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	<u>(105.914)</u>

17.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Consolidado</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	16.423
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.553
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.027)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	8.409
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(4.230)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	21.128
Outras contribuições	117
Total passivo	<u>21.246</u>
Circulante	1.350
Não circulante	19.896

	<u>Consolidado</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	21.128
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.892
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.604)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(165)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	31.516
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(6.426)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	46.340
Outras contribuições	134
Total passivo	<u>46.473</u>
Circulante	3.971
Não Circulante	42.502

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2020 estão apresentadas no montante de R\$ 2.481.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de Pagamento	
2020	10.728
2021	10.992
2022	11.238
2023	11.494
2024 a 2029	73.016
Total	<u>117.468</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,7 anos.

17.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2020 e as despesas reconhecidas em 2019 e 2018, são como segue:

	2020
	estimadas
Custo do serviço	124
Juros sobre obrigações atuariais	10.914
Rendimento esperado dos ativos do plano	(7.563)
Total da despesa	3.475

	2019
	realizadas
Custo do serviço	84
Juros sobre obrigações atuariais	10.507
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.699)
Total da despesa	1.892

	2018
	realizadas
Custo do serviço	78
Juros sobre obrigações atuariais	10.109
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.634)
Total da despesa	1.553

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.	5,56% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, administrados pela FUNCESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2020, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2019.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	2019	2018
Renda fixa	75%	77%
Títulos públicos federais	61%	55%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	3%
Títulos privados (instituições não financeiras)	-	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%
Outros investimentos de renda fixa	9%	15%
Renda variável	17%	15%
Fundos de investimento em ações	17%	15%
Investimentos estruturados	4%	2%
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
Cotados em mercado ativo	96%	94%
Imóveis	3%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	-	1%
Depósitos judiciais e outros	-	1%
Não cotados em mercado ativo	4%	6%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta para 2020
Renda Fixa	61,3%
Renda variável	24,9%
Imóveis	3,6%
Empréstimos e financiamentos	1,9%
Investimentos no exterior	8,4%
	100,00%

A meta de alocação para 2020 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da FUNCESP efetuada ao final de 2019 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2020, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a FUNCESP atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CPFL Geração
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	4.116 (3.928)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(4.005) 3.993

(*) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,43%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,18% a.a. e 7,68% a.a..

(**) A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da FUNCESP. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

17.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da FUNCESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A FUNCESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*"). A Política de Investimentos da FUNCESP determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	56.083	5.927	100.202	53.726
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	18.818	2.932	35.784	20.831
Imposto de renda e contribuição social a recolher	74.901	8.859	135.985	74.557
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	2.833	5.069
Programa de integração social - PIS	1.106	978	4.956	3.497
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.107	4.505	21.526	16.174
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	9.518	-	9.518	-
Outros	685	586	7.352	6.194
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16.417	6.069	46.185	30.935
Total Circulante	91.318	14.928	182.170	105.492
Não circulante				
ICMS a pagar	-	-	805	772
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	805	772
Total Não circulante	-	-	805	772

A Companhia possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota Nota 19 – Provisões.

(19) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (19.1)	307	12.124	25.287	38.315
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (19.2)	-	-	228.329	132.750
Total	307	12.124	253.616	171.065
Circulante	-	-	24.485	22.489
Não Circulante	307	12.124	229.131	148.576

19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	307	125	270	129	1.977	1.770	3.611	2.022
Cíveis	-	-	-	-	21.280	3.351	20.820	3.094
Fiscais	-	697	11.855	615	2.029	9.897	13.884	9.369
Outros	-	-	-	-	-	-	-	12
Total	307	822	12.124	744	25.287	15.017	38.315	14.497

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	3.611	1.795	(1.734)	(1.203)	109	2.576
Cíveis	20.820	64	(128)	(82)	7	20.681
Fiscais	13.884	1.187	(5)	(13.518)	482	2.029
Total	38.315	3.046	(1.866)	(14.805)	597	25.287

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	12.446	13.521	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	455.873	377.303	Danos pessoais
Fiscais	1.054.806	912.266	Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 18)
Fiscais - outros	1.355.769	1.141.754	ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	3.813	56.445	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.882.707	2.501.288	

(a) Fiscais:

Em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 327.547 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

Em 2016 a CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 482.734 (R\$ 414.470 em 31 de dezembro de 2018) relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

(b) Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

As provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real

de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,22%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

Consolidado						
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversão	Ajuste a Valor Presente	31/12/2018
Desmobilização de ativos	99.212	9.592	-	(7.908)	7.815	108.711
Custos socioambientais	24.742	-	(2.133)	-	1.430	24.039
Total	123.954	9.592	(2.133)	(7.908)	9.245	132.750
Circulante	16.140					22.489
Não Circulante	107.814					110.261

Consolidado							
	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Baixas	Atualização monetária	Ajuste a Valor Presente	31/12/2019
Desmobilização de ativos	108.711	-	-	(28.848)	12.570	110.890	203.323
Custos socioambientais	24.039	1.579	(1.964)	-	1.352	-	25.006
Total	132.750	1.579	(1.964)	(28.848)	13.923	110.890	228.329
Circulante	22.489						24.485
Não Circulante	110.261						203.844

(20) USO DO BEM PÚBLICO

Consolidado				
Empresa	31/12/2019	31/12/2018	Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
CERAN	102.952	101.535	195	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	11.771	11.570		
Não circulante	91.181	89.965		

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	28	142	-	-	8.230	7.799	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	100	77	-	-	7.297	7.340	9.886	8.306
FNDCT (*)	6	5	-	-	383	354	-	-
Adiantamentos	1.741	9	39	27	250.624	211.273	43.287	48.666
Folha de pagamento	563	417	-	-	2.283	2.052	-	-
Participação nos lucros	3.370	2.956	1.116	1.602	14.119	15.660	2.088	1.602
Indenização	-	-	-	-	-	65.499	-	-
Outros	226	295	-	-	15.877	7.893	24.593	1.656
Total	6.035	3.901	1.155	1.630	298.813	317.871	79.854	60.230

(*) FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Indenizações: referem-se a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis referente a indenização devida pelos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 205.492.020 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

22.1 – Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,65 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 – Oferta Pública de Ações

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da Companhia aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis (“Ações em Circulação”).

22.3 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 165.636, que compreende: i) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA; ii) saldo devedor de R\$ 14.254, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis e iii) saldo devedor de R\$ 565 referente ao pagamento de minoritários. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

22.4 – Reservas de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de 1.557.376, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 147.540, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de Reforço de Capital de Giro R\$ 1.251.984.

22.5 – Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R\$ 347.948;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 39.847 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);

(iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 (saldo devedor de R\$ 6.283).

22.6 – Dividendo

Na AGO de 29 de abril de 2019, foi aprovada a declaração de dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$ 71.099, referente ao exercício de 2018.

Na AGE de 9 de agosto de 2019, foi aprovado a declaração de juros sobre capital próprio intercalares no montante de R\$ 64.017, líquido de impostos, e dividendos intercalares no montante de R\$ 186.000, a serem imputados aos dividendos mínimo obrigatório do exercício social de 2019.

Na AGE de 31 de dezembro de 2019, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 53.937, líquido de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019.

Foram pagos em 2019 o montante de R\$ 423.553 referente aos dividendos e juros sobre capital próprio.

22.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2019
Lucro líquido do exercício	862.726
Realização do resultado abrangente	25.672
Lucro Líquido base para destinação	888.398
Constituição de Reserva Legal	(11.531)
Dividendos Intermediários	(186.000)
Juros sobre capital próprio intermediários	(138.769)
Base para destinação	552.098
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(552.098)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

22.8 – Lucro por ação-básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	862.726	766.451
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	205.492.019.285	205.492.019.285
Lucro por lote de mil ações - básico e diluído	4,20	3,73
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	862.726	766.451
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis	<u>(7.324)</u>	<u>(7.526)</u>
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	855.402	758.925
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	205.492.019.285	205.492.019.285
Lucro diluído por lote de mil ações	4,16	3,69

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada CPFL Renováveis. Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias da controlada no início do exercício.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita de operações com energia elétrica								
Classe de consumidores								
Industrial	-	-	-	-	10	10	1.876	1.813
Comercial	-	-	-	-	89	93	20.311	19.605
Fornecimento de energia elétrica								
	-	-	-	-	99	103	22.188	21.417
Furnas Centrais Elétricas S.A.	2.875	2.875	578.603	544.342	2.875	2.875	578.603	544.342
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	885	878	229.483	212.411	10.100	10.345	2.517.619	2.460.166
Energia elétrica de curto prazo	2	2	525	381	(971)	1.235	113.786	150.574
Suprimento de energia elétrica	3.762	3.755	808.611	757.134	12.004	14.455	3.210.008	3.155.082
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			21.172	1.635
Outras receitas e rendas			49.966	42.833			89.374	82.625
Outras receitas operacionais			49.966	42.833			110.546	84.260
Total da receita operacional bruta			858.577	799.967			3.342.743	3.260.760
Deduções da receita operacional								
ICMS			-	-			(869)	-
PIS			(14.162)	(13.196)			(40.066)	(39.712)
COFINS			(65.230)	(60.934)			(184.121)	(183.162)
ISS			(424)	(409)			(424)	(409)
Reserva global de reversão - RGR			-	-			(502)	(247)
Programa de P & D e eficiência energética			(97)	(70)			(3.753)	(3.703)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH			(145)	-			(8.274)	-
Outros			(2.220)	(3.266)			(9.985)	(9.618)
			(82.278)	(77.874)			(247.993)	(236.851)
Receita operacional líquida			776.299	722.093			3.094.749	3.023.909

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	-	-	-	(43)	1.454	734	137.763	135.739
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	836	836	55.778	34.992	2.158	2.293	164.104	180.589
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(5.159)	(3.237)	-	-	(14.659)	(16.453)
Subtotal	836	836	50.619	31.712	3.612	3.027	318.921	299.876
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos da rede básica			-	-			91.698	88.339
Encargos de conexão			-	-			11.163	11.597
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.331	1.168			26.032	25.305
Encargos de serviço do sistema - ESS			-	-			(26)	(61)
Encargos de energia de reserva - EER			-	-			6	8
Crédito de PIS e COFINS			(123)	(108)			(5.054)	(14.861)
Subtotal			1.208	1.060			123.820	110.326
Total			51.827	32.772			442.742	410.202

24.1 Generating Scaling Factor ("GSF")

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* ("GSF"), sendo este *déficit* de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e conseqüentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013, este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa ANEEL nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de 2015 geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Os geradores que aderissem à repactuação deveriam encerrar os processos judiciais contra o órgão regulador das concessões e efetuar o pagamento do prêmio de risco referente à transferência do risco de GSF para a CCRBT de 2015.

Em dezembro de 2015, as controladas CERAN e CPFL Renováveis e os empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN e Chapecoense aderiram à repactuação de seus contratos do ACR.

Em 2016, o empreendimento controlado em conjunto BAESA aderiu à repactuação de seus contratos do ACR, encerrando a participação no processo judicial conjunto movido pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - (“APINE”), o efeito líquido dos impostos reconhecido como resultado de participação societária na controladora CPFL Geração foi de R\$ 5.102.

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Despesas Operacionais									
	Custo com operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	11.497	11.038	1.443	3.974	17.644	12.985	-	-	30.585	27.999
Entidade de previdência privada	1.892	1.553	-	-	-	-	-	-	1.892	1.553
Material	1.319	991	14	11	134	121	-	-	1.467	1.123
Serviços de terceiros	4.473	3.561	74	60	8.354	6.632	-	-	12.901	10.253
Outros	78	216	-	2	2.661	2.904	319	1	3.058	3.123
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	446	452	-	-	446	452
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	321	341	-	-	321	341
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	42	(51)	-	-	42	(51)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	634	984	-	-	634	984
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	240	1	240	1
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	147	-	-	-	-	-	-	-	147
Outros	78	69	-	2	1.218	1.177	79	-	1.375	1.248
Total	19.260	17.360	1.532	4.047	28.793	22.643	319	1	49.904	44.052

	Consolidado											
	Despesas Operacionais											
	Custo do serviço prestado a terceiros		Custo do serviço		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	49.062	46.392	-	-	1.443	3.974	102.319	86.940	-	-	152.824	137.306
Entidade de previdência privada	1.892	1.553	-	-	-	-	-	-	-	-	1.892	1.553
Material	21.412	26.874	-	-	14	11	2.467	2.269	-	-	23.893	29.154
Serviços de terceiros	172.119	132.880	-	-	103	60	56.960	57.464	-	-	229.182	190.404
Custos com construção da infraestrutura	-	-	19.234	1.575	-	-	-	-	-	-	19.234	1.575
Outros	52.782	52.833	-	-	-	2	15.675	17.293	11.120	61.888	79.577	132.016
Arrendamentos e aluguéis	18.759	16.857	-	-	-	-	7.590	9.044	-	-	26.349	25.901
Publicidade e propaganda	3	-	-	-	-	-	874	1.156	-	-	877	1.156
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	2.188	1.337	-	-	2.188	1.337
Doações, contribuições e subvenções	1.687	1.988	-	-	-	-	634	984	-	-	2.321	2.972
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	10.075	61.888	10.075	61.888
Amortização de prêmio pago - GSF	11.160	11.103	-	-	-	-	-	-	-	-	11.160	11.103
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	9.871	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.871
Outros	21.172	13.013	-	-	-	2	4.389	4.772	1.045	-	26.606	17.787
Total	297.267	260.532	19.234	1.575	1.560	4.047	177.422	163.967	11.120	61.888	506.603	492.009

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	13.625	32.554	93.607	132.288
Acréscimos e multas moratórias	9	409	308	513
Atualização de créditos fiscais	585	1.526	885	1.588
Atualização de depósitos judiciais	34	33	503	1.438
Atualizações monetárias e cambiais	503	1.221	890	1.530
Juros sobre contratos de mútuo	19.515	17.716	969	1.774
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.595)	(3.073)	(4.770)	(6.765)
PIS e COFINS sobre JCP	-	-	-	11
Receitas decorrentes de liquidação CCEE	-	-	89.510	32.547
Outros	30	13.040	10.832	20.295
Total	32.704	63.426	192.733	185.219
Despesas				
Encargos de dívidas	(144.067)	(212.510)	(543.637)	(699.440)
Atualizações monetárias e cambiais	(11.713)	(51.694)	(60.176)	(122.195)
(-) Juros capitalizados	-	-	-	10.591
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(12.911)	(17.759)
Outros	(1.025)	(2.556)	(137.796)	(112.821)
Total	(156.805)	(266.760)	(754.521)	(941.623)
Resultado financeiro	(124.101)	(203.334)	(561.788)	(756.405)

Não houve juros capitalizados durante o exercício de 2019 sobre os ativos qualificáveis (no ano de 2018, a taxa foi de 8,74% a.a.), de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos, sendo apurado um ganho no montante de R\$ 29.531 (ganho de R\$ 109.067 em 2018) (nota 31).

(27) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de geração (fontes convencionais e renováveis).

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Eliminações	Total
2019				
Receita operacional líquida	1.166.745	1.928.004	-	3.094.749
(-) Vendas entre segmentos	16	7	(23)	-
Custo com energia elétrica	(123.125)	(319.634)	17	(442.742)
Custos e despesas operacionais	(101.766)	(404.845)	6	(506.605)
Depreciação e amortização	(118.122)	(645.722)	-	(763.845)
Resultado do serviço	823.748	557.810	-	1.381.558
Resultado de participações societárias	349.090	-	-	349.090
Receita financeira	39.590	172.658	(19.515)	192.733
Despesa financeira	(197.743)	(576.292)	19.515	(754.521)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.014.684	154.176	-	1.168.860
Imposto de renda e contribuição social	(168.730)	(47.152)	-	(215.882)
Lucro (prejuízo) líquido	845.954	107.024	-	952.978
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	11.052	126.158	-	137.210
	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Eliminações	Total
2018				
Receita operacional líquida	1.087.604	1.936.305	-	3.023.909
(-) Vendas entre segmentos	15	14	(29)	-
Custo com energia elétrica	(89.872)	(320.346)	16	(410.202)
Custos e despesas operacionais	(85.149)	(407.211)	13	(492.348)
Depreciação e amortização	(115.918)	(623.106)	-	(739.024)
Resultado do serviço	796.680	585.655	-	1.382.335
Resultado de participações societárias	334.198	-	-	334.198
Receita financeira	70.593	131.694	(17.069)	185.219
Despesa financeira	(322.872)	(635.820)	17.069	(941.623)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	878.598	81.530	-	960.127
Imposto de renda e contribuição social	(133.751)	37.276	-	(96.476)
Lucro (prejuízo) líquido	744.846	118.805	-	863.652
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	10.096	225.202	-	235.298

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2019 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundações CESP, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 17 Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 16.751 (R\$ 15.399 em 2018). Este valor é composto por R\$ 14.646 (R\$ 14.583 em de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 157 (R\$ 85 em 2018) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 1.948 (R\$ 731 em 2018), e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Campos Novos Energia S.A.	28.747	65.010	-	-	-	-	-	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	3.501	3	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	37.090	33.733	-	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	198	-	-	-	2.240	1.422	(35)	(26)
Foz do Chapecó Energia S.A.	11	15	-	-	2.148	1.612	(49)	(13)
Campos Novos Energia S.A.	5	-	-	-	1.991	1.404	(57)	(43)
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	-	-	-	(22)	(17)
Compra e venda de energia e encargos								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	5.954	2.498	-	-	28.219	34.331
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	206	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	5	-	-	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	61	-	-	-	11.115	5.692
Adiantamentos de clientes								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	622	657	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	882	930	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.098	1.155	-	-	-	-
Campo dos Ventos IV	-	-	17	-	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	396	418	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
BAESA –Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(26)
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	500	412

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	13	-	(23)	-	-	-	110	45
Companhia Piratininga de Força e Luz	1	-	3	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	203	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	(11)	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	-	13	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	1	-	24	-	-	-	(33)	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	(7)	-	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	4	-	-	-	-	-	(40)	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	5	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Adm Rec Hum Ltda	1	-	-	-	-	-	(2)	-
Nect Serviços Adm Financ Ltda	1	-	21	-	-	-	(2)	-
Nect Serviços Adm Sup Log Ltda	1	-	-	-	-	-	(2)	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	(7)	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	5	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	19	-	345	217
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	10	-	162	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	-	-	422.082	-	-	-	5.814	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	53.937	173.536	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	21	-	1.697	20	307	358
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	(3)	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	234	361	-	-	2.343	2.038
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	81	188	-	-	2.175	2.204
Nect Serviços Adm Rec Hum Ltda	-	-	429	-	-	-	468	-
Nect Serviços Adm Financ Ltda	-	-	2.930	-	-	-	3.071	-
Nect Serviços Adm Sup Log Ltda	-	-	110	-	-	-	299	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	6	882	-	-	1.596	2.121
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	52.771	48.610	-	-	544.219	62.216	89.159	1.430
Companhia Paulista de Força e Luz	26.510	23.511	556	650	209.521	204.921	117.082	3.952
Companhia Piratininga de Força e Luz	13.832	11.626	-	-	106.641	95.429	62.058	137
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Companhia Jaguari de Energia	159	34	-	-	1.296	27	1.327	816
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	68	-	8	-	95	-	72
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	373	39	8	-	60.785	45	(96)	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Adiantamentos de clientes								
Companhia Jaguari de Energia	-	-	301	321	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1.284	683	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	37.299	29.333	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	1.769	2.123	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	337	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	879	241	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	72.497	-	-	2.082	3.651
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	68	6.125	-	7
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	2.100	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	-	472	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	12.863

(*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultado realizadas após 31/10/2018, estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia.

(29) SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo Imobilizado	Riscos operacionais, riscos nomeados, riscos de engenharia e multiriscos	3.008.560
Transporte	Transporte nacional	396
Automóveis	Cobertura compreensiva	3.396
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	240.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	134.180
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	822.000
Total		4.208.532

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e *Compliance* é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 31.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Para os contratos de construção de companhias de transmissão firmados em 2019, a Companhia também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, tais como o alumínio necessário para a etapa de construção. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco são utilizadas para reduzir esta volatilidade no fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação incluem instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Controladora 31/12/2019		Consolidado 31/12/2019	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	87.925	87.925	595.732	595.732
Títulos e valores mobiliários		(a)	Nível 1	-	-	449.786	449.786
Derivativos	31	(a)	Nível 2	49.792	49.792	49.792	49.792
Derivativos - <i>zero-cost collar</i>	31	(a)	Nível 3	5.419	5.419	5.419	5.419
Total				143.136	143.136	1.100.729	1.100.729
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	-	-	3.310.539	3.313.770
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15 (**)	(a)	Nível 2	307.966	307.966	307.966	307.966
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.619.492	1.610.572	3.639.922	3.637.016
Derivativos	31	(a)	Nível 2	769	769	769	769
Total				1.928.227	1.919.307	7.259.196	7.259.521

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado e resultado abrangente de ganho de R\$ 466 em 2019 (um ganho de R\$ 9.472 em 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, e (iv) serviços prestados a terceiros.

- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e (vi) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “zero-cost collar”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 31 b.1.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo) e, em 2019, derivativo de compra a termo de alumínio sem entrega física.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

No exercício findo em 2019, a Companhia, visando a proteção de compras de insumos para a construção de novos projetos de transmissão, realizou operações com derivativos, através de compras a termo de alumínio para liquidação futura, com o objetivo de reduzir o risco da oscilação de preços para o período de compra de alumínio (puro).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	49.791	(600)	49.191	48.652	540	US\$ + (Libor 3 meses + 1,41%) ou (1,96% a 3,29%)	101,5% a 109,9% do CDI	jun/19 a abr/21	433.170
	<u>49.791</u>	<u>(600)</u>	<u>49.191</u>	<u>48.652</u>	<u>540</u>				
Outros derivativos (2)									
Zero cost collar	5.419	-	5.419	-	5.419	US\$	(nota explicativa 31 b.1)	de jul/18 a set/20	22.174
Termo de Mercadoria (alumínio)	-	(16)	(16)	-	(16)	alumínio (US\$/ton)		jul/20	3.889
NDF - Alumínio	-	(153)	(153)	52	(205)	US\$	Taxa Foward US\$ 4,0595	jul/20	6.296
Total	55.211	(769)	54.442	48.704	5.738				
Circulante	33.919	769							
Não circulante	21.291	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

⁽²⁾ Devido às características destes derivativos, o nacional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2017	monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2018
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	(17.129)	144.437	(34.326)	92.982
Para dívidas não designadas a valor justo	17.091	(5.076)	9.533	21.548
Outros (zero cost collar)	-	11.984	(11.984)	-
Marcação a mercado (*)	47.102	(42.278)	-	4.824
Total	47.064	109.067	(36.777)	119.354

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (marcação a mercado) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 1.642 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 4.945 para as dívidas não designadas a valor justo e (iii) perda de R\$ 35.691 para outros derivativos (zero cost collar)

Derivativos	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	92.982	19.682	(64.012)	48.652
Para dívidas não designadas a valor justo	21.548	1.873	(23.421)	-
Outros	-	7.600	(7.548)	52
Marcação a mercado (*)	4.824	914	-	5.738
Total	119.354	30.069	(94.981)	54.442

(*) Os efeitos no resultado de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 12.660 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 577 para as dívidas não designadas a valor justo e (iii) perda de R\$ 11.169 para outros derivativos.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2018 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019	2018	2019	2018
Variação de taxas de juros	1.873	(5.076)	-	-
Marcação a mercado	(561)	(4.709)	(23)	(236)
Variação cambial	27.282	156.421	-	-
Marcação a mercado	938	(37.569)	(1.832)	(504)
	29.531	109.067	(1.855)	(740)

b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

A Companhia contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário em 2015 estava favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o montante total contratado é de US\$ 22.174, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$ 4,20 a R\$ 4,40 para as *put*

options (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$ 7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IFRS 9/CPC 48. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnicas de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de <i>Black Scholes</i> de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 13,22%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) aumentaria em R\$ 203, resultando em um ativo líquido de R\$ 5.623.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	52.058	-	52.058
Mensuração a valor justo	(23.707)	-	(23.707)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(11.984)	-	(11.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.367	-	16.367
Mensuração a valor justo	(3.400)	-	(3.400)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(7.548)	-	(7.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.419	-	5.419

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado financeiro do exercício, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

		Consolidado			
		Receita (despesa)			
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(307.966)		(6.456)	72.149	150.755
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	309.848		6.496	(72.590)	(151.676)
	1.882	baixa dólar	40	(441)	(921)
Total	1.882		40	(441)	(921)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			40	(441)	(921)
		Receita (despesa)			
Instrumentos	Exposição (US\$ mil)(a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação / Apreciação cambial de 25% (c)	Depreciação / Apreciação cambial de 50% (c)
Derivativos <i>zero-cost collar</i>	22.174 (d)	alta dólar	(682)	(8.989)	(17.296)
Termo de mercadoria (alumínio)	3.889 (d)	baixa alumínio (US\$/ton)	-	(2.891)	(3.852)
NDF - Alumínio	6.296 (d)	baixa dólar	-	(6.255)	(12.511)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 4,12 e a depreciação cambial de 2,10%, referente ao dólar em 31.12.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(d) Devido às características destes derivativos, o notional está apresentado em dólar norte-americano.

Exceto pelo derivativo *zero-cost collar* em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado		Receita (despesa)		
			taxa no exercício	taxa Cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
						(b)	(b)
Instrumentos financeiros ativos	1.463.915				66.462	83.077	99.693
Instrumentos financeiros passivos	(3.037.866)				(137.919)	(172.399)	(206.879)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(260.657)				(11.834)	(14.792)	(17.751)
	(1.834.608)	alta CDI	5,97%	4,54%	(83.291)	(104.114)	(124.937)
Instrumentos financeiros passivos	(145.558)				(4.469)	(5.586)	(6.703)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(102.952)				(3.161)	(3.951)	(4.858)
	(248.510)	alta IGP-M	7,30%	3,07%	(7.630)	(9.537)	(11.561)
Instrumentos financeiros passivos	(3.064.667)				(155.992)	(194.989)	(233.987)
	(3.064.667)	alta TJLP	6,30%	5,09%	(155.992)	(194.989)	(233.987)
Instrumentos financeiros passivos	(368.859)				(16.857)	(21.071)	(25.285)
	(368.859)	alta IPCA	4,20%	4,57%	(16.857)	(21.071)	(25.285)
Total	(5.516.644)				(263.770)	(329.711)	(395.770)
Efeitos no resultado do exercício					(263.770)	(329.711)	(395.770)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 34.655.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de Consumidores, concessionárias e permissionárias e instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada.

É calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”)

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2018 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

e) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Consolidado					Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Fornecedores	14	15.954	-	-	-	-	15.954
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	-	11.066	220.959	145.744	-	377.769
Derivativos	31	-	300	922	-	-	1.222
Debêntures - principal e encargos	16	-	4.701	222.093	845.823	714.389	1.787.006
Taxas regulamentares		22.232	-	-	-	-	22.232
Outros	21	35	-	-	-	-	35
Consumidores e concessionárias		28	-	-	-	-	28
FNDCT		7	-	-	-	-	7
Total		38.221	16.067	443.974	991.567	714.389	2.204.218

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento para futuro aumento de capital integralizado	-	50.000	-	-
Juros capitalizados	-	-	-	10.591
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	1.366	1.724
Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários	-	-	81	377
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	15.821	1.684
Aumento de Capital com AFACs	-	-	300.000	-
Transferência entre imobilizado e imposto a pagar (não circulante)	-	-	-	751
Transferência entre empréstimos a receber e outros créditos	-	-	81	-
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	926	5.650

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia e suas empresas controladas relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

Controladas

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Aluguéis	até 6 anos	6.985	15.414	17.071	58.998	98.468
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 29 anos	108.477	230.353	232.972	3.620.461	4.192.263
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 28 anos	14.800	34.549	36.389	228.490	314.228
Projetos de construção de usina	até 4 anos	265.778	215.787	1.105	-	482.670
Fornecedores de materiais e serviços	até 5 anos	2	2	2	-	6
Total		396.042	496.105	287.539	3.907.949	5.087.635

Controladas em conjuntos

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Controladas em conjunto				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção	até 5 anos	3.502.439	5.321.975	693.788	-	9.518.202
Recaptação do risco Hidrológico e outros	até 17 anos	33.566	132.856	132.965	396.102	695.489
		3.536.005	5.454.831	826.753	396.102	10.213.691

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(34) EVENTO SUBSEQUENTE

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, A CPFL Renováveis captou recurso através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Modalidade Empresa	Montante liberado até março de 2020	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação dos recursos	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Estrangeira - Lei 4.131							
Dólar							
CPFL Renováveis	120.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
	120.000						

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

TIAGO DA COSTA PARREIRA
Conselheiro

DIRETORIA

KARIN REGINA LUCHESI
Diretora Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de RI

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operações

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Geração de Energia S.A.**
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa

auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.

Veja as notas explicativas 3.11 e 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias da controlada CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros preparados pela controlada com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela controlada relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela controlada na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado e volume e preço de venda de energia e comparamos com dados disponíveis no mercado e com o histórico da própria controlada. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas tomadas em conjunto, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Provisão para custos de desmobilização de ativos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.

Veja a Nota 3.7 e 19.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A CPFL Energias Renováveis S.A. e suas controladas de geração eólica possuem contratos de arrendamento dos terrenos onde estão instalados os parques eólicos com obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Estimar os custos associados a estas atividades futuras envolve julgamentos significativos em relação a fatores como o montante a ser despendido a título de desmantelamento dos parques eólicos e a taxa de desconto utilizada para calcular o ajuste a valor presente da estimativa. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos gastos futuros, que são a base para o reconhecimento da Provisão para desmobilização de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa e determinação da taxa de desconto, que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Com auxílio de nossos especialistas em risco ambientais, consideramos o plano de provisionamento de desmonte pela Administração da controlada com o auxílio de peritos externos contratados, observando a razoabilidade, coerência e justificativas técnicas para o provisionamento apresentado. Avaliamos, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e a consistência das premissas utilizadas na definição da taxa de desconto utilizada na determinação do valor da Provisão para custos de desmobilização de ativos e avaliamos a adequação da divulgação da Provisão para custos de desmobilização de ativos.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e a divulgação das provisões para desmobilização de ativos, os quais foram ajustados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos da provisão para custos de desmobilização de ativos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a

eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017 o presidente e os diretores da CPFL Geração de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rod. Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - CEP: 13088-900 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 03.953.509/0001-47, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, relativamente as demonstrações financeiras da **CPFL Geração de Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **CPFL Geração de Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Campinas, 04 de março de 2020

Karin Regina Luchesi
Diretora Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro

Rodolfo Coli da Cunha
Diretor Regulatório e de Gestão de
Energia